

MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO

DIREITO ELEITORAL E PROCESSO ELEITORAL

Direito Penal Eleitoral
e Direito Político

3º Edição
Revista, atualizada e ampliada

RENOVAR

Sumário

Apresentação	XV
Prefácio à Primeira Edição	XVII
Introdução	1

TOMO I — DIREITO POLÍTICO

CAPÍTULO 1 — O Poder Político	11
CAPÍTULO 2 — A Legitimidade Política	17
CAPÍTULO 3 — Conceito e Elementos do Estado	21
CAPÍTULO 4 — A Sociedade e o Contrato Social	23
CAPÍTULO 5 — O Estado Constitucional	27
CAPÍTULO 6 — Formas de Estado	31
CAPÍTULO 7 — Formas de Governo	33
CAPÍTULO 8 — Sistemas de Governo	37
CAPÍTULO 9 — Democracia: conceito	41
CAPÍTULO 10 — Democracia: histórico	47
CAPÍTULO 11 — Democracia: o povo	51
CAPÍTULO 12 — Democracia: o cidadão	53
CAPÍTULO 13 — Democracia representativa e participação direta	57
CAPÍTULO 14 — Democracia: Abuso de Poder	63
CAPÍTULO 15 — O Princípio da Proibição do Excesso	67

TOMO II — DIREITO ELEITORAL

CAPÍTULO 1 — Direito Eleitoral: Conceito e Panorama	71
CAPÍTULO 2 — Evolução Histórica do Direito Eleitoral no Brasil	77
CAPÍTULO 3 — Princípios do Direito Eleitoral	85
3.1 — Princípio da celeridade	85
3.2 — Princípio da Isonomia ou da lisura das eleições	86
3.3 — Princípio da devolutividade dos recursos	87

3.4 — Princípio da Preclusão	87
3.5 — Princípio da anualidade ou princípio da anterioridade da lei eleitoral	88
3.6 — Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos	91
3.7 — Princípio da Irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior Eleitoral	92
CAPÍTULO 4 — Fontes do Direito Eleitoral	93
CAPÍTULO 5 — Constituição Federal	95
CAPÍTULO 6 — Justiça Eleitoral	101
6.1 Organização da Justiça Eleitoral	101
6.1.1 — TSE- Tribunal Superior Eleitoral	102
6.1.2 — TRE- Tribunal Regional Eleitoral	106
6.1.3 — Juízes Eleitorais	109
6.1.3.1 — Poder de Polícia dos Juízes Eleitorais	110
6.1.4 — Juntas Eleitorais	110
6.1.4.1. Mesa Receptora	111
6.1.4.2 — Junta Totalizadora	112
6.1.5 — Advocacia	113
6.1.6 — Serventuários da Justiça	113
6.1.7 — Representantes de Coligação, Delegados e Fiscais	114
6.1.8 — Fiscais da Cidadania	115
6.1.9 — Polícia Federal	116
6.1.10 — Ministério Público	116
CAPÍTULO 7 — Direitos Políticos	119
7.1 — Conceito	119
7.2 — O Sufrágio Universal e A Liberdade do Voto	122
CAPÍTULO 8 — Elegibilidade	127
8.1 — Conceito	127
8.2 — Condições de Elegibilidade	128
8.2.1 — Nacionalidade Brasileira	128
8.2.2 — O Pleno Exercício dos Direitos Políticos	130
8.2.3 — Alistamento Eleitoral	134
8.2.3.1 — Efeitos do Alistamento Eleitoral	137
8.2.3.2 — Cancelamento e Suspensão de Inscrição Eleitoral	138
8.2.4 — Domicílio Eleitoral e Transferência de domicílio eleitoral	139
8.2.4.1 — Conceito de Domicílio Eleitoral	139
8.2.4.2 — Transferência de Domicílio Eleitoral	141
8.2.4.3 — Correição e Revisão Eleitorais	142
8.2.4.4 — Impugnação à Transferência de Eleitores	143
8.2.5 — Filiação Partidária	144
8.2.5.1 — Militar	147
8.2.5.2 — Magistrados e Membros dos Tribunais de Contas	147
8.2.5.3 — Membros do Ministério Público da União e dos Estados	148

8.2.5.4 — Servidores da Justiça Eleitoral	148
8.2.5.5 — Membros da Defensoria Pública	149
8.2.6 — Idade Mínima	149
8.2.7 — Condições de Elegibilidade Infraconstitucionais	151
8.2.7.1 — Indicação em Convenção Partidária	151
8.2.7.2 — Quitação Eleitoral	151
8.3 — Inelegibilidade e Desincompatibilização	153
8.3.1 — Conceito de Inelegibilidade	153
8.3.2 — Classificação	153
8.3.3 — Inelegibilidades Constitucionais	154
8.3.4 — Inelegibilidades Infraconstitucionais	157
8.3.4.1 — As inelegibilidades previstas na Lei da Ficha Limpa	160
8.3.4.2 — Prazos de desincompatibilização	162
8.3.5 — Procedimento para reconhecimento da Inelegibilidade	167
CAPÍTULO 9 — A Lei Complementar 135: A denominada Lei da Ficha Limpa	169
9.1 — Histórico dos julgados sobre a inelegibilidade decorrente da inidônea vida pregressa	169
9.2 — O julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade da LC nº 135	174
9.3 — A inelegibilidade decorrente de decisão de tribunal	176
9.4 — A ampliação do prazo e as novas hipóteses de inelegibilidade	178
9.5 — A nova disciplina da inelegibilidade por rejeição das contas	179
9.6 — As modificações do procedimento eleitoral	181
9.7 — O efeito suspensivo que afasta a inelegibilidade	185
CAPÍTULO 10 — Sistemas Eleitorais	187
10.1 — Sistemas Eleitorais: Noções Gerais	187
10.2 — Estudo comparado: Os sistemas em vigor na Alemanha, México e Portugal	191
10.2.1 — Os sistemas em vigor na Alemanha e Portugal	191
10.2.2 — Sistemas Eleitorais no Brasil	195
10.2.2.1 — Sistema Majoritário	196
10.2.2.2 — Sistema Proporcional: Quociente Eleitoral e Partidário	198
CAPÍTULO 11 — Partidos Políticos	205
11.1 — Conceito	205
11.2 — Sistemas Partidários	206
11.3 — Partidos Políticos no Brasil	208
11.4 — Características dos Partidos Políticos	209
11.5 — A Lei dos Partidos Políticos	209
11.6 — Verticalização das Coligações	212
CAPÍTULO 12 — Convenções Partidárias	217
12.1 — Autonomia Partidária e Convenções	217
12.2 — Período das Convenções	218
12.3 — Locais onde poderão ser realizadas as convenções	219

12.4 — Candidatura Nata	220
12.5 — As convenções partidárias e o abuso de poder	220
12.5.1 — Anulação de Convenção: contrariedade a diretriz estabelecida pela Convenção Nacional	220
12.5.2 — Delegação de Poderes pela Convenção à Comissão Executiva para indicação dos candidatos	222
12.5.3 — Decisão de Convenção Partidária com reflexos eleitorais: questionamento na Justiça	222
CAPÍTULO 13 — Coligações Partidárias	225
13.1 — Regras para a Apresentação das Coligações na Propaganda Eleitoral	226
13.2 — Representação das Coligações	226
13.3 — Disciplina e autonomia partidárias	227
13.4 — Extinção das Coligações	227
CAPÍTULO 14 — Registro de Candidatura	229
14.1 — Números de candidatos a serem registrados	230
14.2 — Nomes dos Candidatos	231
14.3 — Reserva de vagas para cada sexo	233
14.4 — Registro da candidatura	233
14.5 — Procedimento para Registro	234
14.6 — Substituição de Candidato	237
14.7 — Impugnação ao Registro	238
CAPÍTULO 15 — Arrecadação e Prestação de Contas na Justiça Eleitoral	241
CAPÍTULO 16 — Abuso de Poder nas Eleições	245
16.1 — O Exercício da Cidadania na contenção do Abuso de Poder	247
16.2 — O Voto Cidadão, o Abuso de Poder e a Corrupção Administrativa	249
16.3 — O cidadão frente ao Abuso de Poder	250
16.4 — O Abuso de Poder no ordenamento jurídico brasileiro	252
16.4.1 — A Constituição Federal	252
16.4.2 — A Gravidade das circunstâncias no Abuso de Poder Eleitoral	256
16.4.3 — A Captiação Ilícita de Sufrágio e o Abuso de Poder: configuração e distinção dos tipos	262
16.4.4 — Nulidade dos Votos, Posse do segundo colocado e Realização de Novas Eleições no Abuso de Poder e na Captiação Ilícita de Sufrágio	267
CAPÍTULO 17 — A Pré-campanha autorizada por lei	271
CAPÍTULO 18 — Propaganda Política	275
18.1 — A Sanção decorrente da Propaganda Irregular	278
18.2 — Propaganda Eleitoral e Liberdade de Expressão: o limite entre o proibido e o permitido	279
18.3 — Da Liberdade de Propaganda Eleitoral e do Poder de Polícia da Justiça Eleitoral	281

18.4 — Condutas Vedadas ao Rádio e a Televisão	294
18.5 — Condutas Vedadas à Propaganda na Internet	296
18.6 — Tabela-Resumo: os limites de veiculação das propagandas eleitorais	297
CAPÍTULO 19 — Pesquisas Eleitorais	303
CAPÍTULO 20 — Condutas Vedadas aos Agentes Públicos	307
CAPÍTULO 21 — Garantias Eleitorais	313
21.1 — Hipóteses de Prisão do Eleitor durante a Eleição	313
21.1.1 — Prisão em flagrante	313
21.1.2 — Sentença condenatória por crime inafiançável	314
21.1.3 — Crimes inafiançáveis	314
21.1.4 — Desrespeito a salvo-conduto	314
21.2 — Limitações à efetivação de prisão de eleitores, integrantes das mesas receptoras, fiscais de partido e candidatos	316
21.3 — Interferências morais na liberdade do voto	317
21.4 — Limitações à atuação da Força Pública	318
21.5 — Prioridade postal dos Partidos Políticos para fazerem suas comunicações e propagandas	318
CAPÍTULO 22 — Votação e Apuração	319
22.1 — Fiscalização da Votação Eletrônica	319
22.1.1 — Fiscalização Propriamente Dita	321
22.1.2 — Reclamação de Designação de Mesa Receptora	322
22.1.3 — Reclamação da Nomeação da Mesa Receptora	322
22.1.4 — Procedimento na Votação Eletrônica	323
22.1.5 — Impugnação da Identidade do Eleitor	324
22.1.6 — Recebimento do Boletim de Urna	325
22.2 — Fiscalização da Apuração Eletrônica	326
22.2.1 — Impugnação da Nomeação da Junta Eleitoral, Turma, Escrutinador ou Auxiliar	326
22.2.2 — Recebimento do Boletim de Urna	327
22.2.3 — Sistema Próprio de Totalização	328
22.2.4 — Reclamação Sobre o Resultado	328

TOMO III — DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1 — Introdução	331
CAPÍTULO 2 — Abrangência do Processo Eleitoral	333
CAPÍTULO 3 — Fundamento e Meta do Processo Eleitoral: a liberdade democrática	337
CAPÍTULO 4 — O Devido Processo Legal	339
CAPÍTULO 5 — Fases do Processo Eleitoral	393
5.1 — Colégio de Eleitores	343
5.2 — Colégio de Candidatos	344
5.3 — Campanha Eleitoral	345

5.3.1 — Propaganda Eleitoral Antecipada, Promoção pessoal, Abuso de poder e a renovação política.....	345
5.4 — Eleição	346
5.5 — Fase Conclusiva	347
5.6 — Fase Extravagante	347
5.7 — Período Eleitoral	347
CAPÍTULO 6 — Princípios do Processo Eleitoral	349
6.1 — Princípio da Indisponibilidade ou Predominância do interesse público.....	349
6.2 — Princípio da Celeridade.....	350
6.3 — Princípio da Preclusão	354
6.4 — Princípio do Dispositivo Mitigado	358
6.5 — Princípio do Aproveitamento ou Convalidação	360
6.6 — Tipicidade dos instrumentos processuais eleitorais	361
6.7 — Princípio da Livre Convicção Judicial na Análise dos Fatos	364
CAPÍTULO 7 — Instrumentos Processuais Eleitorais	365
7.1 — Ação de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidaturas — AIRC	365
7.2 — Ação de Investigação Judicial Eleitoral — AIJE	370
7.3 — Ação de Reclamação	373
7.3.1 — Reclamação Genérica	373
7.3.2 — Reclamação por Captação Ilícita de Sufrágio	379
7.3.3 — Reclamação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos.....	384
7.3.4 — Possibilidade de Cassação de Mandato em sede de Reclamação por descumprimento do art. 41-a ou do art. 73 da lei 9.504/97.....	387
7.3.5 — Reclamação Propriamente Dita	390
7.4 — Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo — AIME	391
7.5 — Ação de Recurso Contra a Expedição de Diploma — RCED.....	400
7.6 — Ação Rescisória	404
7.7 — Ação Cautelar	410
7.8 — Procedimento de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária e Reconhecimento de Justa Causa para mudança de partido (Resolução 22.610/2007)	412
7.9 — A Escolha do Instrumento Processual Adequado	413
7.10 — Gráficos Esquemáticos: Os Procedimentos Eleitorais	415
7.10.1 — Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (RCAND) ...	415
7.10.2 — Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	416
7.10.3 — Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	417
7.10.4 — Reclamação ou Representação Genérica por infringência à Lei das Eleições N° 9504/97 (RP)	419
7.10.5 — Direito de Resposta	420
7.10.6 — Ação de Recurso Contra Expedição de Diploma.....	420

7.10.7 — Reclamação ou Representação específica por infringência aos artigos 30-A e 81 da Lei n° 9504/97 (RP)	421
7.10.8 — Reclamação ou Representação específica por infringência aos artigos 41-A e 73 da Lei n° 9504/97 (RP)	422
CAPÍTULO 8 — Os Efeitos da Sentença Eleitoral	425
CAPÍTULO 9 — Procedimento Ordinário do Processo Eleitoral: Rito da LC 64/90 — Aplicável a AIJE e Reclamação pelo art. 41-a da lei 9.504/97.....	431
CAPÍTULO 10 — Procedimento do Pedido de Direito de Resposta	435
CAPÍTULO 11 — Ações Constitucionais na Justiça Eleitoral	439
11.1 — Mandado de Segurança	439
11.2 — Habeas Corpus	441
CAPÍTULO 12 — Recursos em Matéria Eleitoral	445
12.1 — Conceito	445
12.2 — Legitimidade e Interesse	446
12.3 — Pressupostos Objetivos	447
12.4 — Impossibilidade de Desistência de Recursos Eleitorais	448
12.5 — Efeitos	449
12.6 — Procedimento	449
12.7 — Os Recursos Perante As Juntas e Juízos Eleitorais	450
12.8 — Recursos de Decisões Interlocutórias	450
12.9 — Os Recursos Nos Tribunais Regionais Eleitorais	453
12.9.1 — Embargos De Declaração	454
12.9.2 — Agravo Regimental	455
12.10 — Recursos para o Tribunal Superior Eleitoral	455
12.10.1 — Recurso Especial	456
12.10.2 — Agravo de Instrumento contra Decisão Denegatória do Recurso Especial (CE, Art. 279).....	458
12.10.3 — Agravo Regimental	459
12.10.4 — Recurso Ordinário	460
12.11 — Recursos para o Supremo Tribunal Federal	461
CAPÍTULO 13 — A Valorização da Prova, a Supremacia da Vontade Popular, a Lisura das Eleições e a Legitimidade da Justiça Eleitoral	463
CAPÍTULO 14 — A Indispensabilidade do Advogado	465

TOMO IV — CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1 — Introdução	471
CAPÍTULO 2 — Conceito e Natureza Jurídica	475
CAPÍTULO 3 — Classificação dos crimes eleitorais	479
CAPÍTULO 4 — As Sanções nos Crimes Eleitorais	483
CAPÍTULO 5 — Análise dos Crimes Eleitorais.....	485
5.1 — Crimes Previstos no Código Eleitoral	485

5.2 — Demais crimes do Código Eleitoral	550
5.3 — Crimes previstos na Lei nº 9.504/97	559
5.4 — Crimes da Lei nº 6.091: fornecimento gratuito de transporte em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais	570
5.5 — Crime previsto na Lei Complementar nº 64/90.....	573
5.6 — Crime previsto na Lei nº 6.996/82	575
5.7 — Crime previsto na Lei nº 7.021/82	575
5.8 — Reflexos Criminais conexos do Alistamento Eleitoral.....	576
CAPÍTULO 6 — Reflexos Penais do Abuso de Poder	579
CAPÍTULO 7 — Processo Penal Eleitoral (CE, Art. 335 e Segs.)	583
Considerações Finais: Nação, Política e Direito Eleitoral.....	589
Bibliografia	595